



Serviço Social e análises críticas do terceiro setor brasileiro: interpretações frankfurtianas da institucionalização dos movimentos sociais por meio das ONGs

Luis Ronaldo dos Santos¹

Resumo: Quando nos referimos à organização social com vistas à participação política, observamos que, no imaginário coletivo, as Organizações Não Governamentais (ONGs) ocupam o lugar outrora pertencente aos movimentos sociais. O propósito do presente trabalho é analisar essas Organizações como resultado da institucionalização das lutas sociais no Brasil. Para debatermos sobre a formação dessas organizações e propormos caminhos para apreensão do tema, partimos dos resultados apresentados na teoria crítica. A análise do contexto sócio-histórico mostra a dialética dos movimentos sociais, caracterizados por demandas e pautas, sob o guarda-chuva das ONGs. Concluímos que a teoria crítica dos autores da escola de Frankfurt é, sem dúvida, um exercício para a desalienação, bem como para compreendermos as particularidades das Organizações Não Governamentais no tocante à manutenção da ordem vigente, à exploração social e, conseqüentemente, à ampliação do capital.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Serviço social. Teoria crítica. Terceiro setor.

Social work and critical analyzes of the Brazilian third sector: Frankfurtian interpretations of the process of institutionalization of social movements by NGOs

Abstract: When we refer to social organization for political participation, it is known that what comes into the collective imagination are NGOs, once this place was occupied by social movements, which currently divide and lose space to non-governmental organizations. In this sense, the present work, with the purpose of analyzing this movement of institutionalization of social struggles by NGOs, uses critical theory to debate the formation and structuring of these organizations. Therefore, we build on these results to propose new paths and new understandings of the topic. When analyzing the socio-historical context of the formation and implementation of these new social organizations in the light of critical theory, we perceive a dialectical movement that transforms social movements, placing demands, agendas and their operationalization under the umbrella of NGOs. In this way, making use of the critical theoretical apparatus developed by the authors of the Frankfurt school, is undoubtedly a possible path for an exercise in de-alienation and understanding the particularities of NGOs in maintaining the current order with the maintenance of exploitation and the consequent expansion of capital.

Keywords: Social movements. Social work. Critical theory. Third sector.

¹ Mestre em Gestão pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). ID ORCID: 0000-0002-1203-4537. E-mail: luis.ronaldo@sou.unifal-mg.edu.br.

Introdução

A discussão neste artigo se inicia com a delimitação do objeto de pesquisa: as ONGs como resultado de movimentos sociais no Brasil (Landim, 1993); o contexto sócio-histórico brasileiro da segunda metade do século XX. Nesse período, se iniciou um processo desenvolvimentista sem precedentes, marcado pela política internacional da chamada guerra fria. O país foi sitiado por um governo totalitarista e ditatorial, avesso a qualquer tipo de manifestação contra o golpe da direita.

No Brasil, o século XX finaliza-se com a ascensão tardia (se considerado o movimento mundial) do neoliberalismo. A difusão dessa ideologia ocorreu por determinação das agências de fomento, sob a batuta do Banco Mundial. A manifestação extemporânea da teoria neoliberal no país foi uma resposta ao avanço das conquistas sociais e ao reconhecimento do Estado, combinação que compôs o cenário para alcançar uma das metas: aumentar o grau de sociabilidade das pessoas. Esse é um ponto central que transfere o processo de ruptura e de superação da realidade para o próximo passo do movimento.

O período entre as décadas de 1960 e 1990 foi marcado por uma miríade de convulsões políticas, econômicas e culturais que resultaram em mudanças nas formas de a sociedade se desenvolver. Desde o modo de produção, passando pelas relações e vida material dos sujeitos, até a organização social, tudo se modificou. Surgiram, pois, outras formas de luta para superar realidades sociais miseráveis, enfrentadas principalmente nos países periféricos, como o Brasil. Esses fatos interferem na gestão de políticas públicas, que têm o propósito, segundo Marx (2010), de garantir o mínimo existencial e atingir o objetivo primário, ou seja, a sobrevivência humana. Assim, a melhoria das condições de vida do trabalhador foi relegada ao segundo plano.

Nesse contexto de conquistas e retrocessos, os movimentos sociais se apresentam, agora sob novos pilares, envoltos da influência de uma sociedade “pós-industrial” (Touraine, 1989). Bandeiras em defesa dos direitos e do respeito às pessoas historicamente marginalizadas, consubstanciadas às inovações tecnológicas, colocam-nos em uma realidade em que a luta pela garantia das condições mínimas de sobrevivência (para os padrões de humanidade) torna-se protagonista nas instituições sociais.

Dessa maneira, a hegemonia do modo de produção capitalista é um inimigo a ser vencido, pois seu objetivo é neutralizar as conquistas sociais e impedir as transformações positivas resultantes da luta entre proletários e donos dos meios de produção, movimentos sociais e poder central (Touraine, 1989), ou seja, entre o polo explorado e polo explorador. Se as relações humanas e a organização social (pautadas na luta de classes) são o motor do sistema econômico, a

energia da classe explorada para sair das amarras adquire feição simplista e sem potencial transformador.

A alternativa para superar essa racionalidade neoliberal que permeia a sociedade civil, no que se refere às suas funções dentro da sociedade de mercado, está tanto em obras da escola de Frankfurt quanto nas de autores da psicanálise, como Adorno, Horkheimer, Marcuse, Benjamin, Freud, entre outros. Esses teóricos engendraram críticas ao papel antagônico da sociedade civil, destituída de direitos, pauperizada pelas mazelas do Estado e do mercado, mas chamada a dar respostas em nome da garantia do fortalecimento do Estado mínimo.

A nossa proposta de análise parte do princípio de sair da condição de mero espectador, alheio e externo ao problema (Adorno, 1998), afetado por categorias exógenas, sem isentar-se das subjetividades imanentes ao processo dialético, e observar a realidade que coloca a sociedade civil, ao mesmo tempo, na condição de vítima e de autossalvadora. A crítica de Adorno é fundamental para estabelecer os parâmetros deste estudo, pois, é necessário imergir “nos objetos que vêm até ele, com total liberdade e responsabilidade, sem nenhuma consideração pela aceitação pública e por constelações de poder” (Adorno, 1992, p. 306), ou seja, criticar o objeto com base nas suas categorias. Vejamos a seguir contribuições frankfurtianas para as indagações: o terceiro setor é responsável pelas respostas às mazelas sociais? O terceiro setor é autossuficiente para alcançar êxito?

2 A Escola de Frankfurt e a teoria crítica

O movimento denominado Escola de Frankfurt não pode ser definido em poucos parágrafos nem em uma sentença. O próprio nome diz, trata-se de uma escola, com local determinado e sistema de pensamento de autores consolidado. É certo que as opiniões não são homogêneas, cada teórico interpreta a realidade de modo peculiar, mas com um ponto em comum: o entendimento sobre as condições que levaram a Alemanha a promover o holocausto. Assim, para não incorrer no erro de suprimir especificidades sobre as teorias dos autores frankfurtianos, é necessário fazer a análise com atenção à epistemologia (Japiassu, 1981). Significa que é preciso evitar anacronismo, transcender ao objeto ou importar categorias apêndices que não contribuem para o pensamento crítico. A teoria crítica pode concorrer para a análise do protagonismo das Organizações Não Governamentais (ONGs) na efetivação dos direitos sociais que foram despojados da sociedade. Não se pode perder de vista, no entanto, que esta é a pedra fundamental daquelas, haja vista que “a questão do Estado e suas formas de legitimação na

moderna sociedade de consumo - sempre estiveram presentes nos trabalhos dos Frankfurtianos” (Freitag, 1986, p. 3).

Para compreender o pensamento crítico como um questionamento radical de pressupostos (Freitag, 1986), é necessário situar histórica e politicamente esse movimento. A gênese da teoria crítica está nos desdobramentos do período entre guerras na Europa (1914 - 1945), na Alemanha, onde surgem bases que fundamentam a criação e a manutenção de um Estado nacionalista. Entre outras causas, esse Estado defende a construção social de inimigos (judeus, comunistas e os não arianos) a quem possa atribuir a derrota e os infortúnios dos alemães, com o objetivo de justificar racionalmente (razão instrumental) as ações de repressão que culminaram na maior barbárie contra a humanidade, o nazifascismo. Assim, a razão instrumental, proposta por Kant como estratégia de emancipação dos sujeitos, é atrofiada e instrumentalizada objetivamente em virtude da dominação do homem (Freitag, 1986).

Nesse cenário, surge a Escola de Frankfurt, com pensadores que formulam críticas à razão científica (Matos, 1993), partindo de pressupostos marxistas, por vezes, reformulando-os, para apreenderem melhor aquela realidade política, econômica e os destinos da sociedade. É preciso conscientizar-se de que o objetivo da teoria crítica é subsidiar o seguinte entendimento: por que o homem se aniquila, já que é dotado de razão, apto a tomar as melhores decisões e a decidir o próprio destino? Trata-se de um homem que atingiu um estágio de desenvolvimento que supera a sua condição anterior, a barbárie e a inconsciência. Os trabalhos de Freud e de seus seguidores ajudam a responder a esse questionamento, pois, a irracionalidade e a inconsciência “determinam certas partes do comportamento humano [...] eles também mostraram que esses fenômenos irracionais obedeciam a certas leis, podendo ser, por conseguinte, entendidos racionalmente” (Fromm, 1983 p. 17-18). Abre-se, assim, uma porta para entender a alienação. Mesmo consciente da sua miserabilidade, o trabalhador é regido por ideias inculcadas.

Os frankfurtianos passam a nomear qualquer teoria que foge à contradição de “teoria tradicional” e fundam a “teoria crítica”, em oposição ao pensamento filosófico desde Descartes (Matos, 1993). Adorno e Horkheimer (1997), em “Dialética do esclarecimento”, sustentam a tese de que o saber define a superioridade do homem, porém, em uma sociedade formada por homens dotados de saberes, alguns sobressaem e subjagam outros. Ainda que todos possuam a habilidade de racionalizar emoções e superar condições adversas com as quais se deparam, estão condicionados a um saber hegemônico que norteia amplamente relações sociais e econômicas.

Não raras vezes, o saber hegemônico subjuga os homens à condição de dependentes. Em cada época da história, esse saber se transforma, racionaliza e evolui. Desse modo, temos, na atualidade, o saber racional neoliberal. Tais conceitos introduzem a discussão sobre o seguinte

questionamento: de que maneira o indivíduo se apropria da razão no seu cotidiano e qual o papel do mercado nesse processo? Nessa circunstância, razão significa a racionalização do indivíduo em face dos desafios.

Nos séculos XVII e XVIII, as condições adversas eram superadas com base na orientação religiosa. Partia-se do pensamento unidirecional para o multidirecional. No século seguinte, transformações no modo de produção, amparadas pelos métodos de produção Taylorista/Fordista, consubstanciaram a passagem do sistema produtivo artesanal para o industrial. Tal mudança influencia a organização das relações sociais (Harvey, 1992). Nesse processo de surgimento de tecnologias, bem como de flexibilização dos meios de produção, é atribuída aos indivíduos a responsabilidade pelo próprio destino, bem como pelo da sociedade. Em virtude dessa “desalienação”, ou melhor, da mudança do homem em razão da natureza, o centro do poder é redirecionado e evidencia-se a necessidade de criar instituições para a manutenção da sociedade humana. Surgem assim o Estado burguês e as regras do mercado, segundo os quais, a razão científica norteia os rumos (políticos ou econômicos) dessa nova sociedade.

Não obstante a influência da teoria da razão e do esclarecimento, na prática, o problema da alienação persiste, em especial, nas camadas mais exploradas, a grande maioria, camponeses, servos e escravos. Freud (2011) faz um paralelo entre essa situação e a destituição de um líder. Segundo o fundador da psicanálise, quando o líder perde o posto, a massa encaminha-se para uma nova liderança. Desse modo, as barbáries, até o período Iluminista (século XVII - XVIII), justificadas pela condição natural e/ou divina, agora se explicam em nome da garantia da liberdade burguesa, do livre mercado, da igualdade (pela lei da natureza) entre os homens, no entanto, sempre com o objetivo de acumular riquezas e controlar as massas.

Procedimento errôneo pensar que a humanidade, esclarecida e dotada de razão, poderia, mediante a sociabilidade, garantir condições para o desenvolvimento pleno de cada um e de todos e dissipar a sociedade estratificada, dividida, historicamente marcada pela presença de uma classe subalterna sempre explorada: na sociedade pré-industrial, os servos e camponeses; na sociedade industrial, os proletários (Marx, 2010). Atualmente, apesar dos fatores que tendem a extinguir fronteiras (tecnologias da informação, globalização), evidenciam-se, na “classe que vive do trabalho” (Antunes, 2003), novas e perversas formas de exploração. Todos os cenários apresentados corroboram apenas para manter a condição dos explorados. A transição nas relações de poder é um tema de estudos eminente, pois se mudam as estruturas e pioram as formas de expropriação.

Com o auxílio do aparato capitalista, o sistema se apropria da racionalidade científica. Para os pensadores críticos, a tomada dessa racionalidade é mero instrumento de dominação.

Matos (1993) ressalta que a racionalidade científica de base positivista perpassa por toda forma de sociabilidade e sempre é empregada para justificar massacres contra a humanidade, desde os genocídios à exploração da classe trabalhadora. A teoria crítica, no entanto, poderá revelar essas nuances.

A cultura sempre foi um assunto vertente na literatura. Adorno e Horkheimer (1997), por exemplo, na obra “Dialética do esclarecimento”, discutem o conceito de “indústria cultural” e incluem a cultura em um contexto de capitalização dos processos da vida, ou, conforme a opinião de Marx (2005), de fetichismo da mercadoria. A distribuição em massa, aliada à ideia de que obras culturais (filmes, músicas e outras manifestações artísticas) pudessem ser um produto comercializável, tiraria da arte seu caráter inovador e, por conseguinte, do apreciador, a possibilidade de autorreflexão. A massificação da cultura, sem espaço para o novo, constitui uma ferramenta, uma forma inovadora de inculcar valores hegemônicos.

No início dos anos 1960, na contramão do processo de massificação, surge, nos Estados Unidos, a contracultura. Seu objetivo foi contestar os rumos da sociabilidade vigente, seja no aspecto social, seja cultural. A contracultura conquistou o mundo nos anos seguintes. Sua característica marcante foi a adesão entre os jovens, desde a formação até a multiplicação dos movimentos sociais. Nesse processo, destacam-se dois fenômenos, o movimento hippie e os festivais de música, ambos se popularizaram por todo o planeta e discordavam dos princípios do capitalismo e da economia de mercado (Pereira, 1983).

Nesse período, entram em cena grupos minoritários que lutam por direitos, como mulheres, negros, comunidade LGBTQI++, entre outros. Com interesses comuns, trouxeram para o campo elementos que ajudavam a identificar seus membros, logo, formaram um conjunto coeso e passaram a expressar sua marca (Tilly, 2010). A participação de estudantes nas lutas sociais em pauta foi um marco da contestação de maio de 1968, em Paris (Touraine, 1989).

A expressão cultural é um aparato que fortalece as lutas sociais e culturais, principalmente com a ascensão da indústria cultural (Adorno; Horkheimer, 1997). É, também, recurso por meio do qual se instrumentaliza a cultura com o objetivo de dominação. Os movimentos sociais também lançam mão da contracultura (Touraine, 1989) em um período marcado pela forte influência conservadora e imperialista, em que a cultura servia de instrumento de dominação. Esses elementos de contestação cultural são deslegitimados pela mídia que, por meio do discurso, está a serviço do capital. Muitas vezes, a contestação é rotulada de baderna, ou mesmo, de movimento cultural, condição que esvazia as bandeiras de lutas sociais legítimas.

3 Dos novos movimentos sociais às ONGs no Brasil

Interpretada com base no binômio capital e trabalho e na perspectiva da produção industrial, a sociedade encontra no setor de serviços e na especulação financeira, na tecnologia e na inovação, instrumentos de reprodutibilidade. Apesar dessa realidade, a pauta das lutas sociais, antes orientada por objetivos como mais empregos e melhoria das condições de trabalho, redireciona-se em favor da manutenção de empregos e minimização de perdas dos direitos conquistados. Conforme Alves (2009), a partir dos anos 1990, o sindicalismo brasileiro passa por reforma e a insegurança de classe é fator preponderante para a formação de um sindicalismo corporativo. Tal condição dificulta o uso de ferramentas e estratégias tradicionais, como a greve geral, já que os sindicatos passam a agir apenas como mediadores das negociações entre patrões e empregados. Essa intermediação é balizada pelo ideário neoliberal, em que predominam a precarização do trabalho e flexibilização dos direitos trabalhistas, narrativas sobre meritocracia e individualismo, circunstância que demonstra a existência de um discurso em desfavor da mobilização coletiva.

Nessa mesma esteira, se proliferam lutas voltadas ao reconhecimento das diferenças, ao respeito à diversidade e à garantia da igualdade de grupos minoritários. É importante ressaltar que a qualificação “minoritários” é intencional, dado que estes grupos, não raro, formam a maior parte (negros e mulheres) da população (Touraine, 1989). Com base nesse instrumento e nas ciências exatas, é possível diminuir, matematicamente, uma maioria numérica.

Concomitante ao surgimento da contracultura, registram-se a adesão de membros, como os estudantes do movimento de maio de 1968², e a proliferação de lutas sociais pelo mundo, agora com diferentes pautas. No Brasil, por meio do golpe militar, instala-se o regime ditatorial civil-militar, que durou dos anos 1964 a 1985. Esse período foi marcado pela repressão, que incentivou movimentos sociais nacionais e, conseqüentemente, afetou o cenário cultural.

A repressão e o controle militar sobre a liberdade das pessoas, respaldados por leis e pelo medo da tortura e do exílio, contribuíram para que os movimentos sociais fossem relegados à clandestinidade, originando, assim, espaços de resistência e de sobrevivência (Nogueira Netto, 2017). Esses espaços foram criados com amparo legal, mas considerados marginais, segundo a ótica social vigente. O aparato midiático transformou e impôs uma cultura a serviço do pensamento conservador e positivista dos militares, categoria que desestimulava, no mais alto grau, o olhar crítico da população. Por meio da censura, controlavam-se as obras artísticas (filmes, músicas, teatro, livros etc.) que poderiam (e deveriam) ser entregues à grande massa.

² Movimento estudantil iniciado em Paris com grande repercussão em outras partes do planeta.

Concomitantemente, produziam-se e destacavam-se obras que tratavam mais de dramas particulares e menos de questões políticas e econômicas. Na música, a ascensão do gênero sertanejo; na televisão aberta, as novelas melodramáticas (Reis; Rollemberg, 2008).

Adorno e Horkheimer nomearam essas particularidades de indústria cultural. A designação se referia à produção cultural de massa cujo objetivo foi, não apenas realizar testes e adaptações, com o objetivo de vender arte como mercadoria, mas também “pastorear o gado rumo ao abatedouro neoliberal”. Esse processo é fundamental para entender a dinâmica dos movimentos que elevam o Estado autoritário à condição de oponente da luta social, principalmente em relação à perda da liberdade. Reativos, eles colaboram para uma grande ação que culmina com o fim da ditadura militar. Todavia, quando o oponente é vencido, os vencedores começam a se desmobilizar. O Estado democrático, no entanto, encontra outras funcionalidades para esses movimentos e os convida a compor um só governo. O objetivo de superar a sociedade de classes, com bases em elementos como igualdade e liberdade, é posto em segundo plano, tornando, cada vez mais, legítima a luta pela democratização do país no desenrolar da década de 1980. Nesse período, outras manifestações garantem conquistas que são nada mais, nada menos, que moedas de troca do poder central com os manifestantes. Com base nisso, Florestan Fernandes (1980) adverte os socialistas e a esquerda: “a abertura política nada mais era do que a contribuição da contrarrevolução por outros meios” (Tótorá, 1999, p. 120).

No Brasil, nos anos 1980 e 1990, os movimentos sociais seguiram por um caminho de conquistas, mas ainda pairava no país o espectro do poder centralizador do Estado, com isso, o discurso neoliberal de esvaziamento do Estado encontrou em alguns movimentos o combustível para inflamar o enfrentamento à questão social. O (suposto) provérbio árabe expressa bem essa combinação de circunstâncias: “o inimigo de meu inimigo é meu amigo”.

Assim sendo, os movimentos que foram induzidos a enxergar no Estado totalitário um inimigo e, conseqüentemente, a desconsiderar o atual contexto político e econômico do Estado brasileiro, encontram no discurso neoliberal um amigo para “destruir seu inimigo”, ou seja, para defender o esvaziamento do poder estatal. Institucionalizam-se, pois, as lutas, seja por meio de partidos políticos, seja de Organizações Não Governamentais, estas últimas formando um conjunto de instituições heterogêneas, com interesses e objetivos diversos (Montaño, 2010).

Dessa maneira, no início dos anos de 1990, com a implantação da agenda neoliberal no Brasil, os compromissos sociais enfrentam uma situação dicotômica. São estabelecidos de fato e de direito, mas flexibilizados e, na condição de mercadoria, cooptados pela lógica da diminuição do Estado, com amparo na falácia da ineficiência estatal, “como se as ONGs fossem

naturalmente mais eficientes que o Estado” (Montaño, 2010, p. 23). Nessa circunstância, a motivação é político-ideológica:

Retirar e esvaziar a dimensão do direito universal do cidadão quanto a políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de autoculpa pelas mazelas que afetam a população e de autoajuda e ajuda mútua para seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades, criando por um lado uma imagem de transferência de responsabilidades, e por outro, a partir da precarização e focalização (não universalização) da ação social estatal e do “terceiro setor”, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial (Montaño, 2010, p. 23).

4 Novas formas de resistência ou apenas garantias de subsistência?

A princípio, temos a impressão de que as ONGs concorrem para a transformação da realidade social e que, em alguns aspectos, seus trabalhos são essenciais para a garantia do mínimo existencial, principalmente em âmbito local. A análise do cenário macro mostra-nos, no entanto, que é preciso considerar não apenas resultados pontuais, mas também a necessidade de mudanças estruturais. Assim, o aporte teórico crítico é fundamental para compreendermos essas organizações além da sua aparência (Paulo Netto, 2011).

As ONGs são entidades que compõem o chamado terceiro setor. Desse modo, Montaño (2010) faz uma análise, segundo a qual, no contexto de expansão do modelo concreto de capitalismo, o neoliberal, essas organizações têm a função de garantir condições para a reprodução do capital, apaziguando as expressões advindas da questão social e administrando a desigualdade. Tal mediação se vincula ao objetivo da ideologia neoliberal, diminuir o Estado, em contrapartida, fomentar a participação da sociedade civil nos problemas sociais que envolvem os mais vulneráveis, os subempregados, os desempregados e os informais.

Nessa discussão, uma grande dificuldade que se apresenta é a natureza diversa das Organizações Não Governamentais. As ONGs compõem-se de entidades de âmbito local (em que a sociedade se une para garantir o princípio fundamental da dignidade humana em situações de ausência do Estado), de associações filantrópicas, organizações da sociedade civil, associações de moradores e outras. Também integram esse grupo algumas fundações, como Bradesco, Itaú Social, Roberto Marinho etc. Sobre a heterogeneidade dessas entidades, Carvalho (1994) avalia:

São organizações multifacetadas, pinçando problemas e necessidades específicas ou elegendo clientelas locais, nacionais ou supranacionais. Algumas são braços doutrinários da igreja; outras do empresariado; outras de partidos políticos; e outras ainda braços solidários da própria comunidade. Mas todas elas constituem, em comum, braços de um Estado inadimplente com os empobrecidos e excluídos (Carvalho, 1994, p. 91).

O que nos parece difícil ou se nos apresenta como tal, conforme o discurso verificado no debate crítico, que objetiva a manutenção da ordem vigente, é analisar a “diversidade” dessas organizações sem incorrer em erro. Antes, é preciso considerar que a organização social vigente e o movimento dialético que possibilitou tal conjuntura são fatores consubstanciais. A avaliação deve concentrar-se apenas nas características em comum dessas organizações.

Conforme Montañó (2010), entram na composição da sociedade o Estado, o mercado e o terceiro setor. A sociedade civil é a matriz para a origem do Estado e do terceiro setor. Cria-se o Estado para resolver questões gerais de sociabilidade. Durante a crise desenvolvimentista, no fim da década de 1970 e início da década seguinte, em que o mercado coloca o Estado na (suposta) condição de ineficiente, “cria-se” o terceiro setor. Não se trata de dizer que tais organizações são exclusivas dessa conjuntura política e econômica, mas de mostrar a maneira por meio da qual se organiza oficialmente a divisão de responsabilidades.

No contexto nacional, a lógica do terceiro setor é a ineficiência e a burocratização do Estado. Nos postulados da caridade e da benemerência, principalmente entre os mais pobres, está a justificativa para a ação dessas organizações (Mestriner, 2011). Intrínseco a essa dinâmica é o poder da mídia em campanhas publicitárias, que contêm não apenas serviços de marketing, mas também produtos culturais. As novelas, por exemplo, incluem em suas tramas histórias de sucesso dessa nova forma de gestão do social, que passam a fazer parte do imaginário da massa. Uma das grandes propagandas é o “Amigos da escola”, da Rede Globo Rede de Televisão. Segundo Groppo (2014, p. 1101), esse projeto parecia ser a redenção da escola pública, já que conforme advogou a referida emissora, por meio de uma prática apolítica e caridosa, o voluntariado abnegou a vida pessoal para lutar por uma instituição falida.

Segundo O'Donnell (1979, p. 111), para que o Estado cumpra sua responsabilidade no tocante ao crescimento econômico, duas condições são essenciais: i) “manutenção da exclusão econômica e das desigualdades na distribuição de recursos”; ii) despolitização das questões sociais, tratando-as em termos de critérios supostamente neutros e objetivos de racionalidade técnica”. Essa conjuntura coloca os problemas sociais (pobreza, por exemplo) fora do âmbito do Estado. Sem a obrigação de responder por essas questões, o Estado cede espaço para o terceiro setor e legitima as instituições, que se empenham em trazer à tona os problemas de uma população à margem da sociedade.

A objetividade pontual passa ser a característica básica dessas organizações. O propósito destas é diminuir os efeitos da exclusão social. Certamente, terão algum êxito, que não pode ser invisibilizado ou desqualificado, porém, manterão as características que O'Donnell destacou serem necessárias ao crescimento econômico.

5 Considerações finais

Nossa intenção no presente artigo não foi esgotar a discussão sobre a intencionalidade do terceiro setor brasileiro, mas analisar de que maneira as organizações que o compõem se estruturam no processo de democratização, iniciado na década de 1960, que prossegue até a atualidade. Partimos da concepção de que tais organizações derivam da institucionalização das lutas sociais no contexto político econômico de ascensão do neoliberalismo no Brasil (Landim, 1993).

Para as indagações iniciais “o terceiro setor é responsável pelas respostas às mazelas sociais?” e “o terceiro setor é autossuficiente para alcançar êxito?”, duas são as respostas possíveis: sim e não, a depender do referencial teórico utilizado e do lugar proposto para o debate. Neste estudo, consideramos a teoria crítica fundamental para encontrar uma resposta coesa e única para esses questionamentos, bem como promover um debate mais invasivo e menos estruturalista, em que resultados podem ser mais bem analisados, com possibilidade de correção e redirecionamento para uma mudança estrutural.

Pensar as ONGs como uma institucionalização dos movimentos sociais significa destituir os aspectos político e teórico que os compõem e desconsiderar o eixo do debate, aquilo que determinou as ações do grupo. Uma justificativa para tal mudança é o aspecto interventivo do movimento, agora institucionalizado. Significa que não mais precisamos esperar respostas para as demandas enquanto movimento social, visto que as ONGs são entidades legítimas para atendê-las. O Estado outorga às ONGs o poder de desarticular movimentos sociais e, ao mesmo tempo, responsabiliza-os pelas próprias demandas.

Ao debater sobre a indústria cultural, a teoria frankfurtiana traz elementos que ajudam a perceber o crescimento vertiginoso do terceiro setor. A cultura da ajuda mútua, do voluntariado, da caridade e do amor ao próximo forma a base dessas instituições. São elementos que se vinculam à reprodução das condições favoráveis à manutenção e ampliação do capital, por meio do atendimento pontual às expressões dinâmicas e multifatoriais.

Com base nas estratégias do Estado, na luta por garantias de reconhecimento e direitos, a racionalidade neoliberal passou a converter seu opositor, “os movimentos sociais tradicionais” (Scheren-Warren, 2006, p. 13), em aliado ou, pelo menos, em opositor controlado. Formulou-se, pois, um novo papel para a sociedade civil, suprir a ausência do Estado em situações nas quais boa parte da população esteve à margem e sem liberdade. Consequência disso é a sensação (ainda que falsa) de efetivação de poder e de mudanças no cenário social, ou seja, a real mudança do status quo não ocorreu.

Ir além de uma análise estrutural e descritiva é um desafio, um percurso tortuoso, principalmente no processo de difusão da ideologia neoliberal, que põe em xeque a dignidade da vida humana. Logo, lançar mão da teoria crítica desenvolvida pelos autores da escola de Frankfurt é, sem dúvida, um caminho para compreender as particularidades das ONGs e sua contribuição para manter a ordem vigente, ou seja, a exploração de classes e, conseqüentemente, ampliação do capital.

Referências

- REIS; D. A; ROLLEMBERG, D. **A ditadura, as artes e a cultura.** In **memórias reveladas.** Disponível em: [A ditadura, as artes e a cultura - Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça.](#) Acesso em: 22/04/2022.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos.** 6. reimp. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- ADORNO, T. W. **Notes to Literature II.** Tradução de Shierry Weber – New York: Columbia University Press, 1992.
- ADORNO, T. W. **Prismas: crítica cultural e sociedade.** Tradução de Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida –São Paulo: Ática, 1998.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2003.
- ALVES, G. A. P.. **Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal? Precarização do trabalho e redundância salarial.** Revista Katalysis, v. 12, p. 188-197, 2009.
- BARROCO, M. L. S; TERRA; S. H. **Código de ética do/a assistente social comentado.** Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. São Paulo: Cortez, 2012.
- CARVALHO, M. C. B. **Assistência: uma política pública convocada e moldada para constituir-se em governo paralelo da pobreza.** Serviço social e sociedade. São Paulo, Cortez, n. 46, 1994.
- FREUD, S. **Psicologia das massas e análise do eu.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011. [1921].
- FROMM, E. **O medo da liberdade.** 14. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- FREITAG, B. **A teoria crítica ontem e hoje.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- GROPPO, L. A. **Gestão educacional: amigos da escola em ação.** Revista Brasileira de Educação, v. 19, n. 59, p. 1101–1104, out. 2014.
- HABERMAS, J. **Teoria do Agir Comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social.** Tradução Paulo Astor Soethe. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. vol. 1

- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- JAPIASSU, H. **Questões epistemológicas**. Rio de Janeiro: Imago, 1981.
- LANDIM, L. **Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Núcleo de pesquisa IER, 1993.
- MATOS, O. C. F. **A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do iluminismo**. São Paulo: Moderna, 1993.
- MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Centauro Editora, 2005.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MONTAÑO; C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- NOGUEIRA NETTO, A. A. **Os movimentos sociais na ditadura, uma análise geográfica**. *Geographia Opportuno Tempore*, Londrina, v. 3, n. 2, p. 142-151, 2017.
- PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx I**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PAULA; A. P. P. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. 12ª reimpressão. Rio de Janeiro: FGV, 2020.
- PEREIRA; C. A. M. **O que é contracultura**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SCHERER-WARREN, I. **Apresentação. Sociedade e Estado** [online]. 2006, v. 21, n. 1 [Acessado 22 abril 2022], pp. 13-16. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922006000100002>>. Epub 10 Out 2006. ISSN 1980-5462. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922006000100002>. Acesso em: 23 de maio 2023.
- TILLY, C. **Movimentos sociais como política**. *Revista Brasileira de Ciência Política* n. 3, 2010, p. 133-160.
- TÓTORA, S. **A questão democrática em Florestan Fernandes**. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* [online]. 1999, n. 48 [Acessado 22 abril 2022], pp. 109-126. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64451999000300006>>. Epub 26 maio 2010. ISSN 1807-0175. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451999000300006>. Acesso em: 23 de maio 2023.
- TOURAINÉ, A. **Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos**. *Lua Nova*, n. 17, junho, 1989 p. 5-18.

*Recebido em 30/06/2023.
Aprovado em 01/04/2024.*